

Variação lexical no contexto das obras lexicográficas

Lexical variation in the context lexicographic works

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.33469>

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia,
Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: americovenancio@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7584-0598>

Ivan Pedro Santos Nascimento

Mestrando em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador,
Bahia, Brasil.

E-mail: ips.nascimento@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9255-696X>

Lisana Rodrigues Trindade Sampaio

Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia, Amargosa, Bahia, Brasil.

E-mail: lisanasampaio@ufrb.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0627-3125>

RESUMO

O léxico constitui-se em importante domínio na construção da identidade de uma língua, revelando os complexos processos de variação e mudança a que esta se submeteu em seu fazer sócio-histórico. Pretende-se, neste trabalho, discutir a variação lexical em função de seu registro nos trabalhos lexicográficos, observando-se, nomeadamente, o contexto em que se inserem os de verve histórico-variacional, em especial os dialetais, a partir de uma revisão sobre a tipologia tradicional até hoje adotada por alguns estudiosos da área. Apresenta-se, por fim, uma nova proposta taxionômica para esse ramo do conhecimento, assim como uma reflexão sobre a necessidade do registro da variação lexical de forma mais ampla.

Palavras-chave: Léxico. Variação. Lexicografia. Lexicografia dialetal. Tipologia das obras lexicográficas.

ABSTRACT

The lexicon constitutes an important domain in the construction of the identity of a language, revealing the complex processes of variation and change in its socio-historical process. Therefore, this work intends to discuss the lexical variation in function of its registration in lexicographic works, observing, namely, the context in which the ones of historical-variational perspective are inserted, especially the dialectal lexicographic works, from a review on the traditional typology adopted until today by some scholars of the area. Finally, a new taxonomic proposal for this branch of knowledge is presented, as well as a reflection on the need to register lexical variation more broadly.

Keywords: Lexicon. Variation. Lexicography. Dialectal lexicography. Typology of lexicographic works.

Introdução: entre a arte e o ofício

Arte e ofício. Ars et officium. Duas palavras de percurso semântico bastante distinto na história do latim ao português, mas que recobrem, hoje, no imenso inventário lexical dessa língua românica, aspectos ontológicos que se relacionam às noções de ‘ideia’, ‘aptidão’, ‘conhecimento’, ‘habilidade’ e, inevitavelmente, ‘produto’, não necessariamente nessa mesma ordem de importância, mas presentes de forma inexorável pelas cargas sêmicas que comportam.

Olavo Bilac, em seu exercício poético, intitulado *Profissão de fé*, diz:

Torce, aprimora, alteia, lima / A frase; e, enfim, / No verso de ouro engasta a rima, /
Como um rubim. / Quero que a estrofe cristalina, / Dobrada ao jeito / Do ourives, saia
da oficina / Sem um defeito / E que o labor do verso, acaso, / Por tão subtil, / Possa o
labor lembrar de um vaso / De Becerril. / E horas sem conto passo, mudo, / O olhar
atento, / A trabalhar, longe de tudo / O pensamento. / Porque o escrever – tanta perícia, /
Tanta requer, / Que ofício tal... nem há notícia / De outro qualquer (BILAC, 2002, p.
40).

Longe de uma discussão do estatuto que o labor literário pudesse exibir perante as outras artes, como o talvez pudesse desejar Olavo Bilac com seus parnasianíssimos versos, é certo que o excerto acima reproduzido bem poderia servir para caracterizar, *mutatis mutandis*, aspectos de outras artes e ofícios, a cujo ideal de perícia se pudesse associar o mesmo elogio à técnica e a idêntica busca pela perfeição.

Deve-se, entretanto e de antemão, guardar as devidas proporções do real entendimento do que o termo *perfeição* possa de fato representar em qualquer atividade humana, já que, se se considerar seu étimo latino, algo *perfeito* (< lat. *perfectus*) seria ‘o algo acabado’ apenas e não uma noção absoluta de um produto imaculadamente construído e devidamente correspondente ao grau de perícia empregado. É assim na arte, como em qualquer ofício.

Enquanto a roupagem literária, dada pelo texto coerente em linguagem, métrica e rima, possa propor um ideal de beleza – revelado pelo surpreendente jogo de articulação da palavra com a gramática e mais ainda com a estética –, diferentemente da poética, as noções paradoxalmente encobertas pela nudez diária do uso linguístico real demandam, para muito além da força do verso, outras habilidades e conhecimentos que permitam recobrir possíveis andrajos significativos que os signos linguísticos carreguem na fala e na escrita das normas em seus usos sociais.

A uma dessas práticas, antes mesmo de se discutir o estatuto de ser uma arte ou ofício, poder-se-ia chamar de lexicografia, atividade de que se tem notícias há séculos nos centros de cultura na elaboração e teorização de dicionários.

Ao par do poeta, se se observar o trabalho do lexicógrafo na execução de um projeto dicionarístico, nota-se que este se configura como objeto de primazia para o estabelecimento de regras e limites, no que diz respeito aos *corpora*, à extração dos signos lexicográficos, ao processo de lematização, ao desenho estrutural da nomenclatura, a composição dos verbetes, em que atuam itens e indicadores tipográficos e não tipográficos; estratégias que se assimilam ao trabalho de *torcer*, *aprimorar*, *altear* e *limar* do poeta-artesão.

Assim como o paragógico emprego de *rubim*, uma variante gráfica de *rubí* astuciosamente desenvolvida por Bilac para se adequar a uma métrica e relacionar-se ao advérbio *enfim*, em um esquema rimático externo e rico, o lexicógrafo, quando precisa desviar-se da tradição lexicográfica tradicional, para se manter fiel às fontes de pesquisa e à história da língua, toma decisões através de artifícios engenhosos que permitam a incorporação da variação no dicionário, conforme as possibilidades de intervenção no projeto pré-estabelecido.

Seriam como um *rubim*, no âmbito da lexicografia dialetal, por exemplo, um verbe de tipo *çumitério*, em *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral (1920), ou o que registra a lexia *çapatos*, encontrada na lexicografia histórico-variacional, nomeadamente no *Novo dicionário do português arcaico ou medieval* (MACHADO FILHO, 2019), cujo formato gráfico obriga-se ao respeito à grafia de uma época, assim como à forma *in natura*, não canônica para os padrões lexicográficos tradicionais, nesse caso, flexionada no plural e com <c> cedilhado.

Da mesma forma que os versos parnasianos, um artigo dicionarístico precisa assemelhar-se ao verso, à estrofe cristalina, para que o consulente possa, sem obstáculos, identificar e compreender os itens informacionais e as suas hierarquias; distinguir as sutilezas dos indicadores tipográficos e não tipográficos na microestrutura para uma leitura eficiente e transitar ao longo das redes lexicais, materializadas no sistema remissivo.

Os *corpora* de um dicionário que se queiram representativos dos usos linguísticos, por se tratar este de um objeto social e legitimador de identidades culturais, devem integrar, diferentemente da dinâmica de inspiração poética, tanto os elementos da oralidade, tão comum como a argila no chão, quanto da escrita, por vezes fria, autoritária e valorosa como o “vil metal”, para que a língua possa ser percebida em sua integreza maior, isto é, em suas diferentes possibilidades normais.

Em analogia à arte e ao ofício de fazer dicionários, o lexicógrafo precisa mobilizar um conjunto de especialidades que permitam um olhar atento do léxico nas esferas intra e extralinguísticas, a exemplo de conhecimentos em história da língua, gramática histórica, etimologia, dialetologia,

filologia etc. Além disso, a produção lexicográfica se condiciona também aos avanços das tecnologias que possam tratar o contingente de dados, como programas informáticos de leitura e fragmentação de textos, guias de frequência e alfabetação, concordanciadores etc., que estão sendo ricamente produzidos e aperfeiçoados no âmbito da linguística computacional.

O escrever é, evidentemente, uma grande perícia e recorrer ao inventário lexical uma necessidade premente de qualquer escritor. Olavo Bilac há de ter consultado, sem dúvida, um bom dicionário para uma seleção vocabular tão precisa e rebuscada em seu culto à forma.

Nessa linha de raciocínio, pretende-se, pois, neste trabalho, discutir a natureza das obras lexicográficas, enquanto obras de referência, dando especial atenção ao contexto em que se inserem as de verve histórico-variacional, ou dialetal. Oferece-se, ademais, uma breve revisão sobre a tipologia adotada por alguns estudiosos da área, apresentando, por fim, uma nova proposta taxionômica para esse campo do conhecimento, assim como uma discussão sobre os limites do registro lexicográfico da variação.

1. A obra lexicográfica enquanto obra de referência

A lexicografia, ao longo dos séculos, assumiu os estatutos de *arte, técnica, prática, saber, ciência e disciplina*, à medida em que se adotaram perspectivas teórico-metodológicas em relação ao seu principal produto, o dicionário, e à finalidade do conhecimento metalinguístico elencado em seus artigos.

Os contextos de expansão e de intensos contatos linguísticos, a projeção sociopolítica das línguas no mundo, o avanço das tecnologias e uma escolarização que valorizasse o cultivo da língua permitiram à lexicografia de língua portuguesa e, mais tarde, à lexicografia brasileira, a publicação de trabalhos de referências que são elaborados e reelaborados atualmente, de acordo com as convenções da sociedade, seja no âmbito da escrita, seja na oralidade.

Hartmann e James (2002, p. 85, tradução nossa) definem *lexicografia* como

atividade profissional e campo acadêmico relacionado aos DICIONÁRIOS e outras OBRAS DE REFERÊNCIA. Há duas divisões básicas: prática lexicográfica, ou elaboração de dicionários, e teoria lexicográfica, ou pesquisa sobre dicionários. A primeira é frequentemente associada à publicação comercial de livros, enquanto a última aos estudos acadêmicos em disciplinas como a LINGUÍSTICA (especialmente LEXICOLOGIA), no entanto limites rigorosos sejam difíceis de estabelecer e, em qualquer caso, estejam sendo preenchidos por iniciativas como treinamento profissional,

sociedades acadêmicas, conferências e publicações. Internacionalmente, ainda não há um padrão aceito sobre o que constitui um bom dicionário, mas o engenho humano (e tecnologia computacional) produz novos tipos todos os dias, contra o pano de fundo de várias tradições históricas, para suprir a necessidade insaciável das pessoas de acesso rápido à INFORMAÇÃO, linguística, como também enciclopédica¹.

Destacam-se nesse trabalho os perfis econômico e científico que atuam não só na produção, mas também na pesquisa sobre dicionários; o descentramento do dicionário de língua enquanto único produto da lexicografia, ainda que sem uma menção a outros projetos, como vocabulários, glossários, índices etc; a atribuição translúcida de interdisciplinaridade, haja vista o conjunto de saberes que se operam tanto na teoria, como na prática lexicográfica para o acesso eficiente ao conhecimento, a exemplo das ciências da informação, no que diz respeito ao tratamento de *corpus*, e da linguística histórica, quando o lexicógrafo precisa recorrer a períodos mais remotos da língua para a construção de um verbete dicionarístico que não apenas se comprometa em responder a um problema primário do consulente, mas que também respeite o processo de constituição.

Nesse sentido, Welker (2011, p. 30-31) demonstra clareza ao preferir uma separação mais clara entre teoria e prática, atribuindo estatutos de técnica e ciência individualmente e seus produtos, quando explica que

a palavra lexicografia refere-se a duas atividades distintas, as quais, obviamente, resultam em produtos diferentes. Essas duas subáreas costumam ser designadas pelos termos lexicografia prática e lexicografia teórica.

Na lexicografia prática, a atividade é a elaboração de dicionários, e os produtos são os dicionários. [...] Ela é uma técnica - e também uma prática - para a qual se precisa de muita ciência (num outro sentido, a saber, “conhecimento atento e aprofundado de alguma coisa”), pois quem elabora, ou compila, um dicionário tem que conhecer não somente fatos linguísticos, principalmente o léxico, como também as maneiras em que esses fatos podem ser apresentados num dicionário.

Já na lexicografia teórica, cada vez mais chamada de metalexicografia, estuda-se tudo o que diz respeito a dicionários. Essa área, sim, pode ser considerada uma ciência (na primeira das acepções citadas). Seus produtos são os conhecimentos adquiridos e divulgados.

¹ Original: The professional activity and academic field concerned with DICTIONARIES and other REFERENCE WORKS. It has two basic divisions: lexicographic practice, or DICTIONARY-MAKING, and lexicographic theory, or DICTIONARY RESEARCH. The former is often associated with commercial book publishing, the latter with scholarly studies in such disciplines as LINGUISTICS (especially LEXICOLOGY), but strict boundaries are difficult to maintain and, in any case, are being bridged by such means as professional training, societies, conferences and publications. There are as yet no internationally agreed standards of what constitutes a good dictionary, but human ingenuity (and computer technology) produces new types every day against the background of various historical traditions, to meet people's insatiable need for rapid access to INFORMATION, linguistic as well as encyclopedic.

À vista disso, assinala-se que a lexicografia teórica é detalhada por Welker (2006, p. 223), apoiado em Hausmann (1985) e Wiegand (1989), como “a investigação sobre o uso de dicionários; as outras são: o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a análise e crítica de dicionários e a história dos dicionários”, por se voltar ao exame dicionarístico de estudos dialetais brasileiros do século XX, com o intuito de se identificarem as técnicas lexicográficas utilizadas para o registro da variação diatópica e como se configura o padrão de dicionário dialetal para o estabelecimento de uma tipologia dicionarística com base empírica.

Em perspectiva metalexigráfica, o termo *obra de referência*, mencionado anteriormente em Hartmann e James (2002), associa-se a qualquer publicação oriunda de um levantamento de dados com o intuito de orientar buscas rápidas a informações específicas. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 266), em seu *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, descrevem essa categoria de publicação como “documento que fornece acesso rápido à informação ou às fontes de informação sobre um assunto, documento de referência, fonte de referência, livro de consulta rápida, livro de referência, usuais”. Em outras acepções do verbete, os pesquisadores apontam como diferença a disposição dos dados ao leitor, que pode se operar direta ou indiretamente, ao explicarem que obras de referência:

a) destinam-se a responder perguntas específicas; b) dicionários, enciclopédias e anuários, entre outros, fornecem informações diretamente; c) bibliografias, índices e periódicos de resumos remetem às fontes que podem conter a informação desejada (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 266).

Segundo Burkhanov (1998, p. 198, tradução nossa), “os termos *obra de referência* ou *livro de referência* são mais apropriados para designar o conceito lexicográfico que abrange não apenas publicações impressas, mas também dicionários *on-line*, enciclopédias, índices de palavras e outros produtos de lexicografia computadorizada”². O dicionário, por exemplo, distingue-se de um catálogo, um atlas ou um almanaque pelo fato de a informação linguística ocupar o centro na representação dos dados, mobilizando diferentes dispositivos no tratamento e exposição dos vocábulos e servindo como um livro de consulta.

Hartmann e James (2002, p. 147, tradução nossa), no verbete tipologia, estabelecem um painel para os livros de referência a partir das oposições entre o grau de cobertura das obras, se oferecem uma abordagem geral ou especializada, e o tipo de informação oferecida ao consulente em relação ao

² Original: “the terms “reference work” or “work of reference” are most appropriate to designate the lexicographic concept that encompasses not only publications, but also on-line dictionaries, encyclopedias, concordances, and other products of computer lexicography”.

repertório, assim como se as descrições assumem propriedades linguísticas ou factuais, conforme o Organograma 1³.

Organograma 1 – Tipologia de obras de referência.



Fonte: Hartmann e James (2002, p. 147, tradução nossa).

O construto revela sua utilidade a partir da delimitação de três grandes áreas na produção de obras de referência: a lexicografia (dicionários linguísticos), a terminografia (dicionários terminológicos) e a bibliografia (enciclopédia, compêndio etc). Estrategicamente, apresenta a proposta coerência, no entanto, restam dúvidas quanto às posições de cada produto lexicográfico no organograma, a exemplo do dicionário dialetal, e à ausência de maiores caracterizadores quanto à forma de acesso à informação, ao dado linguístico, a exemplo das ideias de normas linguísticas, o tipo de vocabulário etc.

2. O lugar da lexicografia dialetal na tipologia das obras lexicográficas

Para Hartmann e James (2002, p. 39, tradução nossa), uma lexicografia dialetal seria:

Um complexo de atividades concernentes ao projeto, compilação, uso e avaliação de DICIONÁRIOS DIALETAIS. Dicionários gerais marcam a variação linguística (e

³ Cf. Hartmann e James (2002, p. 147).

outros aspectos como estilo, formalidade e tecnicidade) através de MARCAS DE USO, porém não descrevem sistematicamente quaisquer DIALETOS regionais ou sociais particulares. Com base nas técnicas do trabalho de campo, a dialetologia tradicional registrou diferenças em vocabulário, pronúncia e gramática em mapas (ATLAS LINGUÍSTICOS (1)), e é esse tipo de informação que é apresentado em dicionários especializados. Não há ainda uma estruturação unificada e dicionários dialetais podem variar desde o popular-amador ao filológico-acadêmico, com consideráveis diferenças entre as várias tradições linguísticas e culturais⁴.

Quando se examina esse complexo de atividades no cenário brasileiro do século XX⁵, observa-se um predomínio da compilação lexical, que se desenvolveu tanto por iniciativas particulares de folcloristas, como também pelo empenho dos filólogos da época, com uma relativa técnica de sistematização pela ausência de uma norma científica para a atividade lexicográfica, sobretudo quando se pensa na formação acadêmica daqueles que trabalharam com lexicografia dialetal no século XX.

No que compete aos produtos de uma lexicografia dialetal, nesse caso, os dicionários dialetais, Burkhanov (1998, p. 64, tradução nossa) explica-os como um

dicionário linguístico que contém informação lexicográfica, particularmente as peculiaridades lexicais características de uma variedade da língua, vista de uma perspectiva sincrônica ou diacrônica. Deve ser ressaltado que, na teoria linguística, um dialeto não é apenas regional, mas também uma variedade social de uma língua particular. Em *lexicografia*, o termo “dialeto” é costumeiramente utilizado em referência a uma variedade regional de uma dada língua, que é diferente para a língua standard e que não tem oficialmente uma *ortografia* e regras *gramaticais*, portanto excluindo variedades sociais da língua em questão⁶.

⁴ Original: A complex of activities concerned with the design, compilation, use and evaluation of DIALECT DICTIONARIES. General dictionaries mark language variation (and other features such as style, formality and technicality) by means of USAGE LABELS, but these do not systematically describe any particular regional or social DIALECTS. On the basis of fieldwork techniques, traditional dialectology plotted differences in vocabulary, pronunciation and grammar on maps (LINGUISTIC ATLAS (1)), and it is information of this kind which is presented in specialised dictionaries. There is still no unified framework, and dialect dictionaries can range from the popular-amateurish to the philological-scholarly, with considerable differences between various linguistic and cultural traditions.

⁵ Não se despreza aqui a importância dos trabalhos do século XIX não publicados no Brasil, como o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (CALDAS AULETE, 1889) e o *Dicionário de vocábulos brasileiros* (BEAUREPAIRE-ROHAN), no entanto, por questões metodológicas, concentrar-se-ão as discussões no século XX.

⁶ Original: A *linguistic dictionary* that contains lexicographic information, particularly the characteristic lexical peculiarities of a regional variety of a language viewed from a synchronic and/or diachronic perspective. It should be noted that in theoretical linguistics a dialect is not only a regional, but also a social variety of a particular language. In *lexicography*, the term “dialect” is usually used in reference to regional variety of particular language which is different from the standard language and does not have officially accepted *orthographic* and *grammatical* rules, thus excluding social varieties of the language in question.

Dessa forma, quando se pensa nesse tipo de produção, alguns pontos são fundamentais: clareza quanto à diversidade linguística e uma familiaridade ao conceito de dialeto, conhecimentos sobre a história da língua para que se possam tecer considerações de ordem sincrônica ou diacrônica sobre dado item lexical e se possam compreender a mudança linguística e o uso de dispositivos que possam evidenciar a variação lexical em relação à língua de prestígio, que possui uma ortografia e regras gramaticais salvaguardadas pela tradição, assim como em relação aos demais dialetos que podem gozar ou não de algum *status* na sociedade.

Um dicionário dialetal se difere de um dicionário de língua pela dimensão linguística, ao nível dos *corpora*; do grau de cobertura do léxico e da função linguística. Em primeiro lugar, os dicionários de língua se aproximam do conceito de sistema, enquanto os dicionários dialetais voltam-se ao conceito de norma, com os usos linguísticos de comunidades de fala. Em segundo plano, dicionários de língua tendem à pretensa exaustividade, já que se conhecem os índices de frequência⁷, tanto na mineração dos dados, quanto na incursão metalinguística para a construção dos verbetes, enquanto dicionários dialetais trabalham com seleções, com o registro de peculiaridades linguísticas que caracterizam uma dada norma ao nível do léxico, seja no plano do significante, como também no significado, com a missão de explicitar essa diferença em relação ao padrão no âmbito da língua. Por fim, no que compete à função, os dicionários de língua se inclinam muito mais à prescrição linguística, como instrumentos reguladores, ao nível da escrita, enquanto os dicionários dialetais se pautam na descrição, como instrumento de registro, ao nível da oralidade.

Outra distinção pertinente ao assunto envolve os dicionários de regionalismos, que, não raro, aparecem como um sinônimo para os dicionários dialetais. O regionalismo caracteriza-se como um traço distintivo de uma comunidade no interior de uma zona dialetal, um elemento notadamente cultural, expressivo e regular.

O item *barril*, por exemplo, na acepção de ‘algo arriscado, difícil ou legal’, expressa-se na área dialetal do falar baiano (se se adotar a proposta de Nascentes), no entanto o seu pertencimento, para muitos falantes⁸, associa-se de imediato à cidade de Salvador, fato que concederia a *barril* a condição de regionalismo, diferentemente de *amarelinha* para ‘a brincadeira em que as crianças riscam no chão quadrados numerados para jogarem pedrinhas e saltarem em uma perna só’, que é um item lexical de ampla territorialidade, isto é, perpassa diferentes zonas de fala.

⁷ Os índices de frequência são produtos lexicográficos que oferecem estatisticamente o número de ocorrências de itens lexicais no *corpus*, gerados através de programas informáticos, como o WordSmith Tools.

⁸ Convém advertir que, até então, não se tem notícias de uma pesquisa para o traçado da isoléxica de “barril” na área dialetal baiana.

Os dicionários dialetais não deixarão de registrar regionalismos, pois está na base de sua proposta o registro vocabular dos usos de uma área de identidade variacional. Compreende-se aqui o dicionário de regionalismos como um dos produtos derivados da lexicografia dialetal, que opera com a seleção de elementos especiais por sua localidade, culturalidade e de expressividade regular na comunidade de fala.

A diferenciação de obras lexicográficas, como as duas tentativas anteriores, ainda que de maneira superficial, situa-se no âmbito das tipologias, um campo fundamental da lexicografia teórica para o estabelecimento de parâmetros para a elaboração e o consumo de dicionários, a partir do momento em que se constroem arquétipos para cada livro de referência, permitindo a aferição de qualidade não só do ponto de vista material, como também subjetivo. Essa tarefa possui seus desafios, quando se leva em conta a sumarização de critérios que, muitas vezes, parecem insuficientes para abarcar uma infinidade de publicações. No que concerne ao problema, Burkhanov, por exemplo, (1998, p. 68, tradução nossa) considera que essa

é, indubitavelmente, a maior tarefa da metalexiconografia. Ora as classificações de obras de referência apresentadas em publicações especializadas estão longe de serem exaustivas por um lado, ora, por outro, não representam a complexidade do assunto⁹.

Quando se propõe a discutir os tipos de dicionários, Zgusta (1971), em primeiro plano, diferencia os *dicionários linguísticos* dos *dicionários enciclopédicos*¹⁰, iniciando o debate a partir das obras de referência para as obras lexicográficas. No âmbito desses dicionários linguísticos, listam-se quatro propriedades:

- (i) *perspectiva* (dicionários diacrônicos x dicionários sincrônicos): Zgusta descreve os dicionários diacrônicos como os trabalhos que se debruçam sobre a história e a mudança das palavras ao longo do tempo, exemplificando-os com os dicionários históricos e etimológicos. No que tange aos dicionários sincrônicos, explica-os como o inventário do léxico em um determinado recorte de tempo;
- (ii) *grau de cobertura* (dicionários gerais x dicionários restritos): os dicionários gerais caracterizam-se como um inventário do léxico de uma língua, operando em favor de uma norma padrão, prescrevendo usos, com os *dicionários padrão de*

⁹ Original: “is, undoubtedly, a major issue of metalexiconography. Nevertheless, the classifications of *works of reference* presented in specialized publications, on the one hand, are far from being exhaustive, and, on the other hand, they do not represent the complexity of the subject”.

¹⁰ Enquanto o primeiro fornece informações linguísticas sobre o lema, como pronúncia, ortografia, propriedades morfosintáticas, significado etc., o segundo se pauta em propriedades extralinguísticas, como detalhamento de processos e fenômenos, explicações histórico-políticas, conhecimentos especializados etc.

língua, ou descrevendo a coexistência de normas de maneira integral, com os *dicionários descritivos*. Os dicionários restritivos partem da seleção de propriedades específicas do vocabulário, como, por exemplo, a dimensão diafásica, quando se observa um dicionário de impropérios;

- (iii) *número de línguas* (dicionários monolíngues x dicionários bilíngues): dicionários monolíngues como obras de referência cuja informação se expressa em uma única língua, enquanto os dicionários bilíngues descrevem o vocabulário de duas línguas para fins de tradução;
- (iv) *porte*: nesse ponto, Zgusta esclarece que tamanho não descreve a dimensão de um dicionário, mas a exaustividade dos *corpora* e a densidade das entradas da obra de referência, de modo que se obtém uma gradação do que se compreende como *thesaurus*, dicionários padrão de língua e pequenos dicionários ou minidicionários.

No que concerne a essa proposta, os dicionários dialetais encontram sua propriedade distintiva no âmbito das obras restritivas, haja vista a dimensão geográfico-social da língua determinar a seleção dos *corpora* e a eleição dos signos lexicais. Zgusta (1971, p. 205, tradução nossa) oferece mais detalhes desse tipo de obra quando discute que

esses dicionários dialetais são baseados quer em material oral e (eventualmente) diferentes questionários, quer em fontes escritas (caso haja textos escritos no dialeto), ou em ambos. Caso haja numerosos textos escritos e caso possuam suficientemente uma longa tradição, o respectivo dicionário dialetal naturalmente tenderá a adquirir um caráter histórico. Algumas entradas deverão de ter um caráter enciclopédico, uma vez que operará com dados com os quais os falantes da língua nacional padrão não estão familiarizados e que serão difíceis de explicar. Como esses dicionários dialetais lidam bastante com a distribuição geográfica dos fenômenos linguísticos, Malkiel provavelmente está certo quando considera os mapas e as cartas como muito úteis e até um atlas linguístico de pequena escala como um desiderato.

Os dicionários dialetais podem ser trabalhados de duas maneiras diferentes: ou o dicionário oferece informações completas sobre o léxico do respectivo dialeto, ou forma local da língua, sem referência a quaisquer outros dialetos ou formas; ou, normalmente do que é considerado a forma nacional padrão. Não é necessário ressaltar que o primeiro método (descrição total) é mais valioso, pois seu resultado é um retrato mais rico da variedade local descrita, enquanto o outro método tem, *praeter alia*, a dificuldade inerente possível que a variedade de língua contra a qual o dialeto descrito é contrastado não é suficientemente conhecido e inequivocamente descrito¹¹.

¹¹ Original: These dialect dictionaries are based either on oral material and (eventually) different questionnaires, or on written sources (if there are texts written in the dialect), or on both. If there are numerous written texts and if they have a sufficiently long tradition, the respective dialect dictionary will naturally tend to acquire a historical character.

Welker (2004), por sua vez, opta por uma taxionomia simples, abordando propriedades como *suporte*, a partir do contraste de obras impressas em relação às eletrônicas e seus recursos; *número de línguas*, como os dicionários monolíngues, bilíngues ou multilíngues e *grau de cobertura*, isto é, se possuem um recorte amplo como os dicionários gerais ou se partem de seleções, a exemplo dos dicionários especiais.

Os dicionários dialetais seriam, então, perceptíveis no âmbito das obras especiais, carecendo, no entanto, essa proposta de maiores descritores para distinguir, por exemplo, o que diferenciaria um dicionário dialetal de dicionário de regionalismos, idiomatismos ou dicionários de gírias, cujos elementos linguísticos podem apresentar uma dimensão geográfico-social a depender da perspectiva do lexicógrafo sobre o contingente de dados. Desse modo, a proposta precisa de critérios, mas possui mérito em introduzir um novo suporte: o eletrônico, que, hoje, complementa-se com os avanços da informática e com a criação dos dicionários virtuais.

Atkins e Rundell (2008), por outro lado, observam que modelos taxionômicos ou classificatórios não conseguem agrupar suficientemente tipos de obras lexicográficas e escolhem um modelo descritivo, resumindo oito propriedades:

- (a) *número de línguas*: nesse caso, se o dicionário é monolíngue; bilíngue, com caráter unidirecional (cuja informação linguística se oferece apenas em uma das línguas) ou bidirecional (com informações linguísticas nas duas línguas); ou multilíngue;
- (b) *grau de cobertura*: língua; material enciclopédico e cultural; termos ou línguas de especialidade; áreas específicas da língua (como dicionários de colocação, frases verbais etc.);
- (c) *porte*: dicionários padrão, edições concisas e edições de bolso;
- (d) *suporte*: impresso, eletrônico e virtual;

Some entries will have to have an encyclopedic character, because there will be denotata with which the speakers of the standard national language will not be familiar and which are difficult to explain. As these dialect dictionaries deal very much with the geographical distribution of linguistic phenomena, Malkiel is probably right when regarding maps and charts as very useful and even a small-scale linguistic atlas as a desideratum.

The dialect dictionaries can be worked out in two different ways: either, the dictionary offers complete information on the lexicon of the respective dialect or local form of language without reference to any other dialects or forms; or, usually, from what is considered the standard national form. It is not necessary to stress that the first method (total description) is more valuable, because its result is a richer picture of the local variety described, whereas the other method has, praeter alia, the inherent possible difficulty that the variety of language against which the dialect described is contrasted is itself not sufficiently known and unequivocally described.

- (e) *organização*: onomasiológica e semasiológica;
- (f) *público-alvo*: falantes de uma mesma língua e mesmo grupo linguístico; falantes de grupos diferentes de uma mesma língua; aprendizes;
- (g) *habilidades do usuário*: se são linguistas; adultos escolarizados; estudantes; crianças ou aprendizes de uma nova língua;
- (h) *finalidade do dicionário*: decodificação (para o entendimento do significado de uma palavra ou para traduzir de uma língua estrangeira para a língua do consulente) e codificação (tradução de um texto na língua do consulente para uma língua estrangeira e para o ensino de línguas).

Esse conjunto de propriedades revela produtividade e amplitude ao incluir não apenas objetos científicos, mas também mercadológicos, como se vê na noção de público-alvo e nos graus de literacidade do consulente, quando se levam em conta as competências do usuário que influenciam na seleção de uma dada obra e na pesquisa sobre uma dada informação. Os lexicógrafos fazem ressalvas de que

[...] não se pode usar essas categorias para distribuir dicionários em classes distintas, simplesmente para descrevê-las. As categorias devem ser consideradas como conjuntos de propriedades. Cada dicionário deve ter pelo menos uma propriedade de cada categoria, mas eles podem ter mais de uma¹² (ATKINS; RUNDELL, 2008, p. 26-27, tradução nossa).

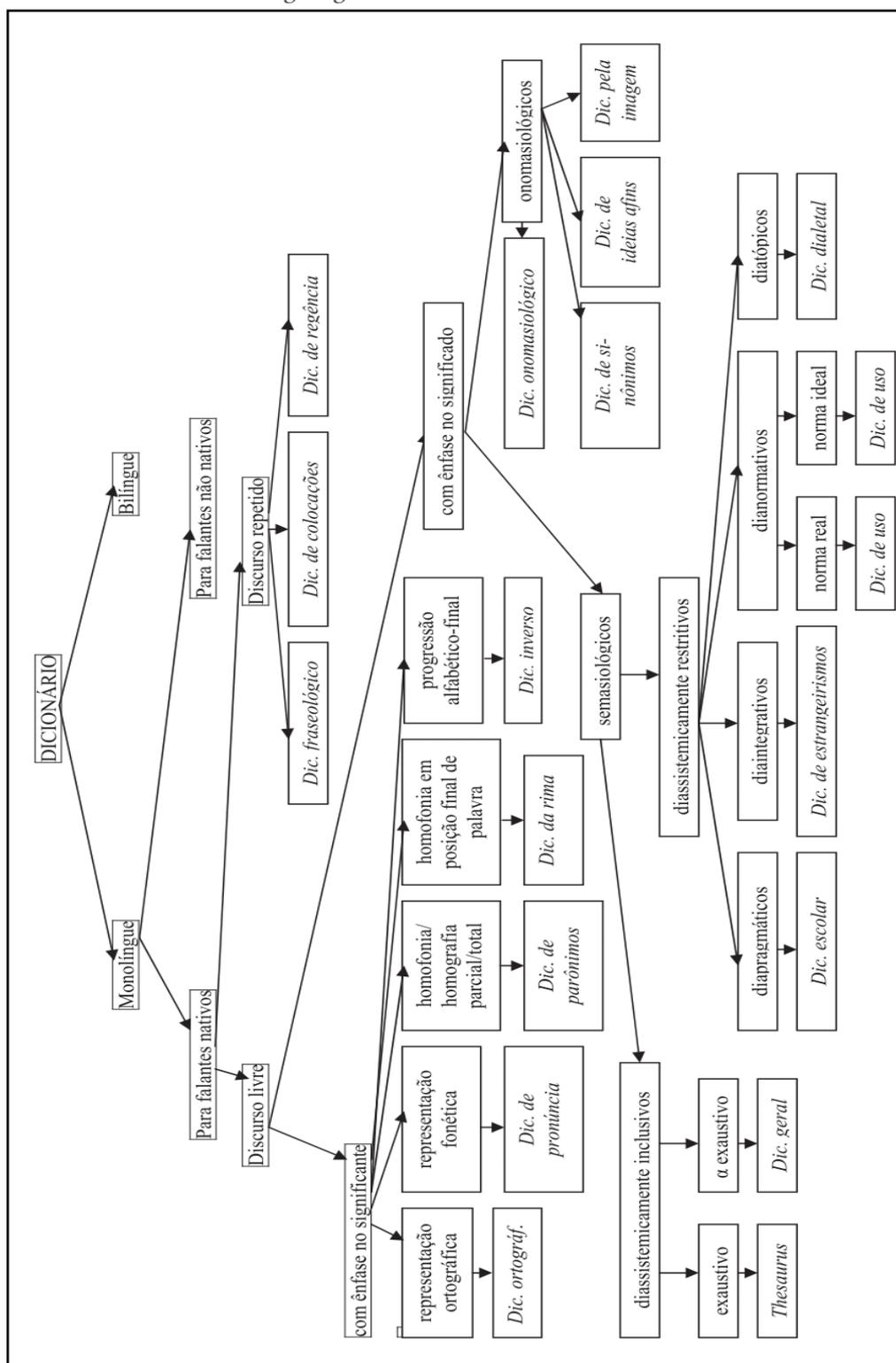
Os dicionários dialetais, dentro dessa proposta de descrição, seriam caracterizados como obras monolíngues, baseados em material enciclopédico e cultural, de portes e suportes variados, organizados onomasiologicamente para falantes de grupos diferentes de uma mesma língua, orientados tanto para codificação quanto para a decodificação de elementos linguísticos. Em relação às habilidades do usuário, considera-se esse item como um conjunto aberto, pelo fato de a oralidade e peculiaridades dialetais serem características culturais e de apreciação em determinados grupos e nos mais variados estratos.

Miranda (2014), por fim, após uma revisão bibliográfica acerca do problema das tipologias, estabelece uma proposta taxionômica orientada por cinco critérios básicos: o número de línguas; a

¹² Original: [...] you can't use these categories to sort dictionaries into distinct classes, simply to describe them. The categories should be thought of as sets of properties. Every dictionary must have at least one property from each category, but they can have more than one.

dimensão da unidade linguística a ser representada; a ênfase informacional; a organização do dicionário e cobertura do léxico em perspectiva diassistêmica, como se pode observar no Organograma 2 a seguir. Nessa taxionomia, o dicionário dialetal situa-se no âmbito monolíngue, voltado a falantes nativos e não-nativos da língua descrita na obra, com uma sistematização semasiológica, enfática no significado de itens de natureza diatópica.

Organograma 2 – Taxionomia de Miranda.



Fonte: Miranda (2014, p. 228).

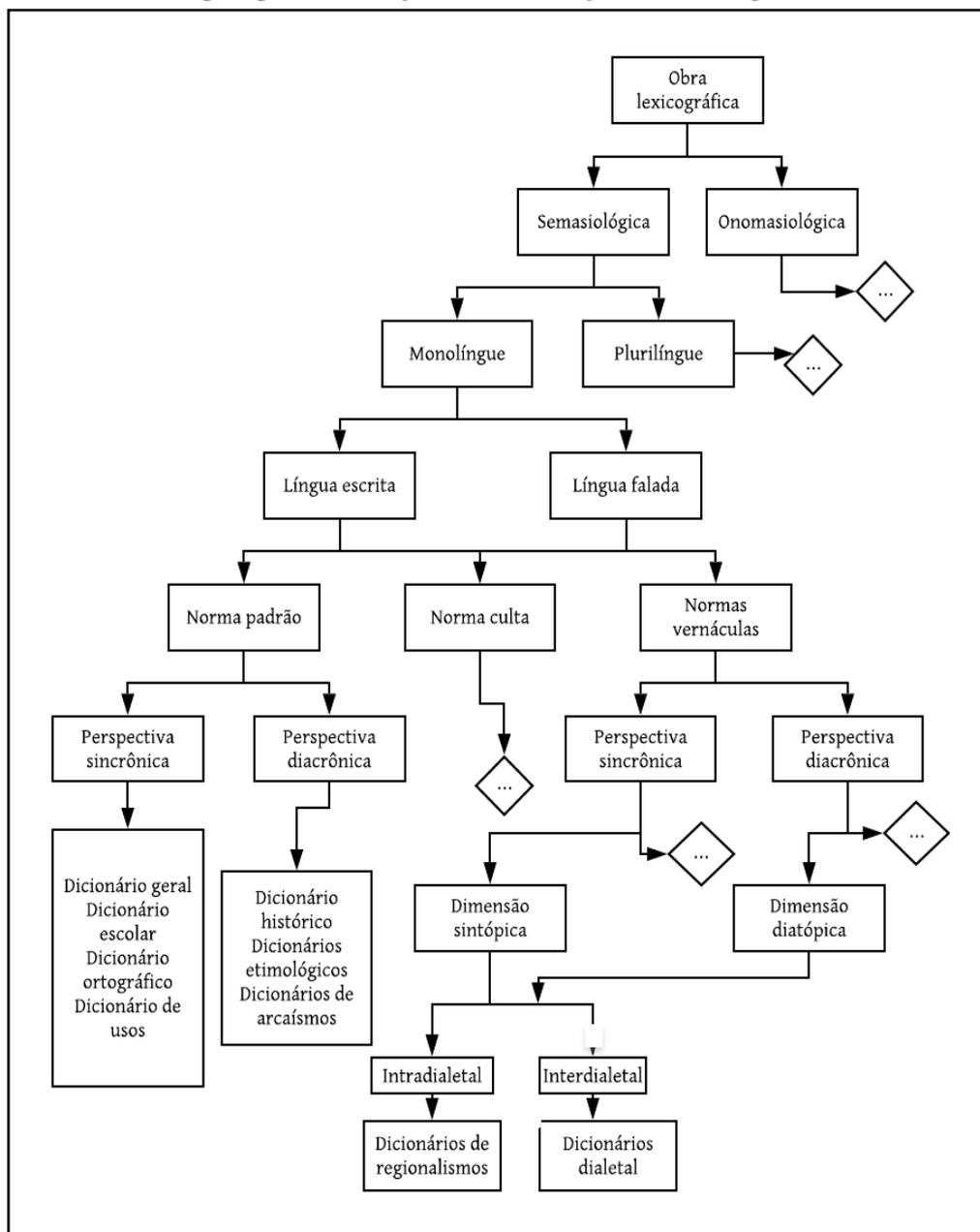
A proposta traz mérito ao conseguir estabelecer as categorias lacunares do trabalho de Zgusta (1971), no que diz respeito à distinção das classes gerais e restritas, a partir da inserção do conceito de diassistema na cobertura dos dicionários. Pensa-se que a proposta se equivoca ao não distribuir a

ênfase no significante para as obras semasiológicas como os dicionários dialetais, sobretudo quando se opera com variantes lexicais, isto é, “cada forma diferente de se representar, em um mesmo contexto, um mesmo valor significativo ou funcional, independentemente de as alterações na forma terem origem fonética, fonológica, morfológica, sintática ou discursiva” (MACHADO FILHO, 2014, p. 273), atenção que tem sido tomada nos trabalhos em lexicografia histórico-variacional.

3. Proposta de modelo taxionômico para as obras lexicográficas

Com base nos aspectos levantados sobre os dicionários dialetais e a partir das tipologias revisadas, propõe-se um novo modelo taxionômico para um melhor entendimento da distribuição das obras lexicográficas, sobretudo os dicionários dialetais. O construto se desenvolve a partir da hierarquização de seis aspectos: a organização do dicionário, o número de línguas, os *corpora*, a norma linguística, a perspectiva metodológica em relação ao tempo e a dimensão do léxico, conforme o Organograma 3.

Organograma 3 – Proposta taxionômica para obras lexicográficas.



Fonte: Elaboração própria.

Nesse organograma, compreende-se a semasiologia e a onomasiologia como instrumentos de abordagem linguística no dicionário, no que diz respeito à organização e ao conjunto de dados linguísticos oferecidos ao consulente, como, por exemplo, se a obra lexicográfica apresenta o significado de determinado elemento lexical listado ou se apresenta várias palavras que podem ser usadas para explicar um mesmo significado, orientando-se por relações de sentido. Haja vista a dimensão do espaço gráfico da página e o objetivo deste trabalho, as obras onomasiológicas não serão exploradas, mas possuem, no diagrama, um campo livre, representado pelo losango, que pode ser explorado e estruturado futuramente por pesquisadores que se inclinam a esse experimento.

O número de línguas é um aspecto indispensável para a caracterização de obras lexicográficas. Nessa proposta, opera-se com a distinção entre dicionários monolíngues e plurilíngues, a terminologia que parece mais apropriada para abrigar os dicionários bilíngues unidirecionais e bidirecionais, já presentes nas propostas anteriormente citadas, e os dicionários multilíngues. Como o trabalho se volta a uma produção monolíngue, o segundo campo também será mantido em aberto.

A delimitação do *corpus* em relação à língua escrita e à língua falada leva em conta situações e usos estratégicos que cada modalidade linguística apresenta. No âmbito da lexicografia, esse aspecto se mostra relevante para observar o direcionamento da obra para as práticas sociais em que o usuário se insere e para qual finalidade faz o seu manejo, alinhando-se também à noção de *norma*, em perspectiva coseriana, isto é, os hábitos linguísticos aceitos e frequentes em uma determinada comunidade.

Consideram-se assim a norma-padrão “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (FARACO, 2008, p. 73); norma culta como “o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008, p. 71) e normas vernáculas “o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo os fenômenos em variação” (FARACO, 2008, p. 40). Os dicionários dialetais, desse modo, se enquadram como formas de registro de normas vernáculas, em oposição às normas culta e padrão.

As perspectivas sincrônica e diacrônica enquanto condições metodológicas não só para os estudos linguísticos de uma maneira geral, como se observa em Saussure, mas também em produtos lexicográficos, revelam o direcionamento do dicionário e os seus limites quanto à representação do léxico. Um dicionário sincrônico se atém à descrição do léxico de uma língua em um recorte de tempo, descrevendo forma, conteúdo, os usos e os contextos de interlocução do item no interior de uma determinada norma. Por outro lado, o dicionário diacrônico descreve a trajetória de uma palavra ao longo da história da língua, explicitando os jogos de variação e o triunfo da mudança operados na forma e no conteúdo. Observe-se que o dicionário dialetal, como já anunciava Zgusta (1971), pode ser enquadrado nas duas perspectivas desde que o dialeto em questão possua uma tradição escrita validada que registre os usos da comunidade no decorrer do tempo.

Uma vez delimitada a perspectiva metodológica, convém apresentar a dimensão linguística que permeia o inventário do léxico para assinalar as peculiaridades dos elementos linguísticos que integrarão a obra de referência, a exemplo do espaço geográfico, grupos sociais, situações de formalidade etc, o que Miranda (2014) denomina como “distinção entre concepção diassistêmica inclusiva e concepção diassistêmica restritiva”. Com o intuito de distinguir terminologicamente melhor essas variações no espectro de cada abordagem, serão adotados os prefixos *sin-*, no que concerne à sincronia, e *dia-* para diacronia. Desse modo, um dicionário dialetal de abordagem

sincrônica operará com elementos sintópicos, enquanto a abordagem diacrônica se reserva aos itens diatópicos.

Ainda sobre essas dimensões, é importante salientar os graus de especialização da obra de referência quanto ao eixo de variação, o que se reflete na distinção entre dicionários de regionalismos e os dicionários dialetais. No campo das obras sintópicas e diatópicas, no que diz respeito a critérios, estabelecem-se aqui a intradialetalidade e a interdialeletalidade dos itens lexicais, isto é, se o elemento é coberto pela particularidade interna em uma zona do dialeto ou se é coberto pela generalidade e pelas relações que estabelece ao longo da área do dialetal.

Oliveira (2017) observou que se

a lexicografia monolíngue ainda necessita de mais zelo e atenção quando o assunto é variação linguística, a bilíngue permanece em situação similar e até mais distante das contribuições geo e sociolinguísticas. Incentivados pela objetividade e concisão, os autores de dicionários bilíngues têm mantido suas publicações numa zona externa às discussões científicas sobre a língua, deixando de lado *corpora* e materiais de referência que reportam a realidade da língua em uso, refletindo a diversidade natural ao idioma (OLIVEIRA, 2017, p. 145).

Amaral (1920), por exemplo, o autor de *O Dialeto Caipira*, uma obra pioneira nos estudos dialetológicos, era um autodidata, o que não se configura necessariamente como problema, mas impôs, certamente, algumas restrições ao trabalho.

Em relação aos problemas dessa representação sistemática da variação em dicionários de língua, isso pode ser atestado nas marcas de *brasileirismos* e *regionalismos* ao longo da tradição brasileira, que tem se empenhado em reparar essa falha desde os avanços da dialetologia e da sociolinguística e de políticas de valorização da diversidade.

Na dissertação de mestrado intitulada *Marcas de uso de regionalismos no Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, por exemplo, Figueiredo (2015) aponta para uma insuficiência na integração do léxico regional a partir do exame das 2ª e 5ª edições de uma obra popularmente prestigiada e de grande difusão no país nos séculos XX e XXI. A pesquisadora, nas considerações finais, declara que

os prefácios das duas edições do dicionário não apresentam critérios claros e explícitos sobre a inclusão dos regionalismos em sua nomenclatura. Na 2ª edição, verificamos que o autor apenas cita o registro de vocábulos que correspondem à linguagem regionalista, juntamente com outras linguagens como as lexias dos jornais, do teatro, da oralidade etc. (FERREIRA, 1986, p. VII). E na 5ª edição menciona somente que uma das principais funções do dicionário é acompanhar a evolução da língua registrando as renovações através das “palavras, locuções ou formas adotadas pelo uso” (FERREIRA, 2010, p. XI). Isto significa que não há como saber, de fato, em que critérios e documentos o autor baseou suas pesquisas para incluir os regionalismos na obra. O que encontramos nos

prefácios dos dicionários não é suficiente para respaldar essa inclusão do vocabulário regional, especialmente em relação às regiões do Brasil. (FIGUEIREDO, 2015, p. 70-71).

Concorda-se com a autora, no que diz respeito ao registro das diferenças vocabulares, uma vez que, por muito tempo, coube quase que exclusivamente à dialetologia o estudo e o registro de normas dialetais, sobretudo ao nível do léxico. Veja-se que quando se aborda a historiografia das pesquisas em variação espacial no Brasil, quatro fases são destacadas: a primeira, cujos trabalhos “direcionam-se para o estudo do léxico e de suas especificidades no português do Brasil” (CARDOSO, 1999, p. 235); a segunda, na qual se tem uma “produção de trabalhos voltados para a observação de uma área determinada, buscando descrever os fenômenos que a caracterizam não só do ponto de vista semântico-lexical, mas também fonético-fonológico e morfossintático” (id., *ibid.*, p. 235); a terceira, marcada por “estudos de natureza teórica, a produção de léxicos regionais e de glossários, bem como a elaboração de monografias sobre regiões diversas” (id., *ibid.*, p. 241) e “pelo surgimento dos trabalhos geolinguísticos, com a elaboração de atlas de diferentes estados da Federação” (ROMANO, 2013, p. 206), e a última, que “refere-se aos trabalhos dialetais desenvolvidos a partir do momento em que o Projeto ALiB¹³ deu início às suas atividades” (id., *ibid.*, p. 206).

Nesse fazer dialetológico, se se observar especificamente as segunda e terceira fases, há de se verificar uma riqueza de trabalhos que se debruçam sobre a dimensão geográfico-social da língua falada no Brasil do século XX, que contribuíram para um maior esclarecimento de áreas dialetais, a exemplo de *O Dialeto Caipira* (1920), anteriormente citado, *O linguajar carioca* (1922), de Antônio Nascentes, e *A língua do Nordeste* (1945), de Mário Marroquim, que se caracterizam por descrições linguísticas minuciosas, acrescidas de extensos vocabulários, seja em listas de palavras distribuídas em campos temáticos, seja em produtos lexicográficos de exploração metalinguística mais apurada.

Considerações finais: *ilimites* da variação em dicionários

A palavra *ilimite*, propositadamente utilizada no título dessa seção, é uma possibilidade morfológica do português, mas dificilmente será encontrada em dicionários. Guimarães Rosa (1967, p.

¹³Em relação ao Projeto ALiB, “fundamenta-se nos princípios da Geolinguística contemporânea, priorizando a variação espacial ou diatópica e atento às implicações de natureza social que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar” (COMITÊ NACIONAL, 2001). Dentre os objetivos do ALiB está a descrição da realidade linguística do Brasil, voltando-se à língua portuguesa, com enfoque na diferenças diatópicas, através da elaboração de um atlas linguísticos, um conjunto de cartas em que se delimitam zonas dialetais ao longo de um território.

64) disse certa feita que “um neologismo contunde, confunde, quase ofende”, advertindo, depois, que “saia todo-o-mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que se vai dar com a língua tida e herdada?”.

Mas não é senão por aqueles que andaram a empinar seus próprios vocábulos que a língua passou a ser “teúda” e “manteúda” na herança? A criação lexical em qualquer variedade linguística é comumente um ato solitário e, por isso mesmo, um ato de fala, em que o indivíduo lança mão das possibilidades do sistema funcional para imprimir, em um significante ou em um conjunto formal, o significado que objetiva representar.

Um paralelo disso pode ser feito com a música. Os sons de uma escala possível de notas podem ser organizados para a composição de acordes, linhas melódicas, ou mesmo de toda uma sinfonia. Para cada possível compositor, o resultado jamais seria o mesmo, pois as oportunidades de articulação desses sons e de suas harmonias são infinitas e estão sujeitas, para além do ritmo e das pausas, ao não menos importante processo criativo de seu autor, a seu livre arbítrio.

Não obstante, se um verso melódico, uma música, uma sinfonia, enfim, depois de criadas, são aceitas e reproduzidas por aqueles que tiveram a chance de as escutar, podem passar a ser reiteradas constantemente, consolidando-se como hábito cultural, como modelo, o que corresponderia, guardadas as devidas proporções, ao conceito de norma, em linguística.

O problema maior do sistema de normas se refere à aquisição da norma-padrão, pelos falantes de normas vernáculas ou populares, cujas estruturas dela se distanciam mais profundamente do que aquelas das normas cultas em uso, inviabilizando fortemente a aquisição de uma escrita padronizada.

Essas normas “dissonantes” reveladas nos diferentes níveis linguísticos, são, estranhamente, em essência, resultados da mesma aplicação de regras do passado, que continuam operando, conquanto na clandestinidade, os mesmos aspectos linguísticos que foram antes reiteradamente manifestados na língua estandardizada durante seu processo de constituição na história.

Formas como *frores* ou *broco*, emanadas de processos de rotacismo, que têm sido uma possibilidade histórica do português, bastante evidentes no passado mais recuado, como no português arcaico, continuam imprimindo ao sistema linguístico do português coetâneo suas marcas. Processos de metátase, como em *tauba* por *tábua*, *Tranquedo* por *Tancredo*, continuam a ocorrer no sistema de normas de falas, mas igualmente rejeitados. Paragoges como *deusq*, epênteses do tipo *adevogado*, próteses como *avoar*, próprias de normas populares hoje, seguem uma tendência histórica e representam na condição de uma chaga o que um dia a língua considerou como padrão.

Por que aceitara a norma-padrão, no português contemporâneo, em um determinado momento da história, o registro escrito de unidades correlatas, a exemplo de *assim* pelo padrão *assi*, no português arcaico, *macaxeira* por *macaxera*, do tupi, por exemplo? Processos metaplásmicos de redução fônica,

idênticos ao que ocorre com o item *abóbora*, em *abroba*, hoje tão estigmatizados, encontram-se, talvez em função de “cochilos”, registrados pela norma-padrão como “lídimas realizações linguísticas”, a exemplo das formas divergentes *brinco*, *vinco* e *vínculo*, que, como se sabe, são etimologicamente relacionadas ao elemento latino *vinculus* (-um), e que um dia sofreram as mesmas pressões normais e foram “estranhamente” respeitadas pela norma-padrão na História.

Em suma, ao se discutir o sistema de normas e a relação existente com o regional-cultural-social, deve-se observar que, enquanto não se promovam atitudes com vistas a uma profunda revisão na norma-padrão e nas estratégias relacionadas ao registro escrito da diversidade linguística no Brasil que assegure a real adequação aos fatos linguísticos coetâneos, não se poderá garantir que a língua reflita, na História, sua trajetória heterogênea que a deveria, de fato, representar.

Pedro Mexia (2016), poeta contemporâneo português, em entrevista recente, disse que “a função da poesia é aproximar-se da fala”. Há poesias em que isso não ocorre. Há também a lexicografia em que essa atitude se repete. Na lexicografia histórico-variacional, a incorporação das diferentes normas de uso é, todavia, crucial.

A distância espacial, os contornos geofísicos condicionados por rios, vales e montanhas, a trajetória histórica, demografia e mobilidade sociais, aspectos econômicos das comunidades de fala são todos grandes favorecedores para a proliferação de diferenças, nomeadamente lexicais.

Para Piel (1989, p. 9),

o conjunto vocabular do português nunca se manteve estacionário, antes evoluiu constantemente num ritmo ora mais, ora menos acelerado, evolução que não chegou ainda ao seu termo e que representa o esforço comum de homens procedentes de ambientes geográficos e sociais muito diversos.

E é essa diversidade que precisa ser registrada, sobretudo das vozes que não mantêm com a modalidade escrita uma relação cotidianamente audível. Segundo Machado Filho (no prelo):

O léxico, enquanto importante nível de constituição da língua, representa um impacto fenomenal na construção de sua história e evocá-lo, como rotor fundamental para registro da cultura, faz com que se o revele como unidade da linguagem que mais proximamente se relaciona ao mundo externo.

Infelizmente, as normas de fala desprestigiadas não têm proporcionado a conservação histórica de seus diferentes formatos, senão quando se esgueiram na desatenção de seus censores, quase sempre a postos em prol da alegada “moralidade linguística”.

Tem sido assim com a lexicografia tradicional, mesmo depois de todos os avanços propiciados pelas pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas que teriam, há muito, desmitificado a diferença. Em que dicionários do português se poderia identificar o registro de unidades lexicais muito afeitas a normas de fala como no caso de *broco*, por bloco?

As realizações da fala de comunidades alijadas do prestígio da língua têm sido até então ignoradas pela lexicografia tradicional, mas servem, hoje, à lexicografia histórico-variacional, de importante ponto de inflexão. É claro que os *ilimites* beiram, como tudo no mundo dos homens, as fronteiras do possível. Isto é, o prefixo *i-*, variante de *im ~ in*, não deve ser considerado no seu valor de negação, mas no outro sentido original latino que expressa ‘movimento para dentro’, como em *imigrar*, por exemplo.

Cabe, portanto, à lexicografia histórico-variacional operar, ao nível do léxico, em perspectiva similar ao que se convencionou chamar de *nova história cultural*, isto é, “a história escrita como uma reação deliberada contra o *paradigma* tradicional” (BURKE, 1992, p. 2), contra “a negligência de outros tipos de evidência”, como a secundarização das fontes da oralidade ou da grafia de “mãos inábeis”.

Referências bibliográficas

- ATKINS, B. T. S.; RUNDELL, Michael. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. New York: Oxford University Press, 2008.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique Pedro Carlos de. **Diccionario de vocábulos brasileiros**. Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional. 1889.
- BILAC, Olavo. **Antologia poética**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- BUGUÑO MIRANDA, Félix. Da classificação de obras lexicográficas e seus problemas: proposta de uma taxonomia. *Alfa*, São Paulo, v. 58, p. 215-231, 2014.
- BURKE, Petter. **A escrita da História: novas perspectivas**; trad. de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKHANOV, Igor. **Lexicography: A Dictionary of Basic Terminology**. Rzeszow: WWP, 1998.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio. **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A dialectologia no Brasil: perspectivas. *DELTA* [online]. 1999, vol.15, n.spe, p. 233-255. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300010>. Acesso em 20 de março de 2020.
- CARDOSO, J. **Hieronymi Cardosi Lamacensis dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem**. Lisboa: Ex officina Ioannis Aluari Typographi Regij, 1562-1563.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Diccionario de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 5.ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- FIGUEIREDO, F. C. de. **Elói Mendes ontem e hoje: os “causos e casos” que a Mutuca não conta mais**. 2ª ed. Elói Mendes, 2015.
- GUIMARÃES ROSA, João. **Tutaméia - terceiras histórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.
- HARTMANN, R; JAMES, Gregory. **Dictionary of Lexicography**. London: Routledge, 2002.
- HAUSMANN, F. J. Kollokationen im deutschen wörterbuch. Ein beitrag zur theorie des lexikographischen Beispiels. *In*: BERGENHOLTZ, H.; MUGDAN, J. (Ed.). **Lexikographie und grammatik**. Tübingen: Niemeyer, 1985.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Novo Dicionário do Português Arcaico ou Medieval**. Columbia: Amazon, 2019.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Do conceito de “variante” nos estudos do léxico de perspectiva histórico-variacional. **Filologia E Linguística Portuguesa**, 16(2), p. 261-275, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16i2p261-275>. Acesso em 20 de março de 2020.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Do conceito de *nomia* para os estudos do léxico em perspectiva variacional e histórica** (no prelo).

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 2 nd ed. São Paulo: Nacional, 1945.

MEXIA P. Entrevista. Aveiro: Biblioteca Municipal de Aveiro [realizada no dia 21 de março de 2016, publicada no dia 23 de março de 2016]. Disponível em: <<http://www.comumonline.com/2016/03/a-funcao-da-poesia-e-aproximar-se-da-fala/>>. Acesso em 20 de março de 2020.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

OLIVEIRA, Anielle Souza de. **Léxico brasileiro em dicionários monolíngues e bilíngues: estudo metalexigráfico em perspectiva dialetal e histórica**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PENTEADO, Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite. **O dialeto caipira**. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1920.

PIEL, JM. Origens e estruturação histórica do léxico português. *In*: PIEL, JM. **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: IN-CM, 1989.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da geolinguística brasileira a e proposição de uma divisão. **Entretextos**, v. 13, n. 2, Londrina, p. 203-242, jul./dez. 2013.

VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo. **Dicionarística portuguesa**. Inventariação e estudo do património lexicográfico. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

WELKER, Hebert Andréas. **Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

WELKER, Hebert Andréas. **O Uso de dicionários: Panorama geral das pesquisas empíricas**. Brasília: Thesaurus, 2006.

WELKER, Hebert Andréas. Questões de Lexicografia Pedagógica. *In*: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie (Orgs.). **Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

WIEGAND, H.E. Aspekte der Makrostruktur im allgemeinen einsprachigen Wörterbuch: alphabetische Anordnungsformen und ihre Probleme. *In*: HAUSMANN, F.J. et al. (Hrsgn.).

Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. **Ein internationales Handbuch zur Lexikographie**. Band 1. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989.

ZGUSTA, Ladislav. **Manual of Lexicography**, Mouton, The Hague, Paris, 1971.